

**PARA QUE
NÃO SE ESQUEÇA,
PARA QUE
NUNCA MAIS
ACONTEÇA.**



AS DITADURAS DE SEGURANCA NACIONAL

Brasil e Cone Sul



COMISSÃO DO ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA

Copyright© 2006 by **Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura**
Direitos reservados desta edição: **Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura**

COMISSÃO DO ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA

Presidente: **João Carlos Bona Garcia**

Coordenadora Executiva: **Sonia Tolves de Cavalcante Ferreira**

Revisão técnica: **Sílvia Sônia Simões**

Capa: **Nara Fogaça**

Diagramação: **Juçara Campagna – Corag**

Corag – Cia. Rio-grandense de Artes Gráficas

Rua Caldas Jr., 261 - Centro

Fones: (51) 3221-3516 e 3224-6636

e-mail: editora.tecnica@corag.com.br

D615d As ditaduras de segurança nacional : Brasil e Cone Sul / org.
Enrique Serra Padrós – Porto Alegre : CORAG : Comissão
do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.
130 p.
ISBN 85-7770-000-3

1. Ditadura militar 2. História 3. Guerrilhas 4. Segurança nacional
I. Padrós, Enrique Serra II. Comissão do Acervo da Luta contra a
Ditadura III. t.

CDU - 321.6(09)

Catálogo elaborado pela Biblioteca da Secretaria da Administração e dos Recursos
Humanos – Bibliotecária responsável: Adriana Arruda Flores, CRB 10-1285.

COMISSÃO DO ACERVO DA LUTA CONTRA A DITADURA

AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL

BRASIL E CONE SUL

ENRIQUE SERRA PADRÓS
(Organizador)

ALESSANDRA GASPAROTTO

CAROLINE SILVEIRA BAUER

CLAUDIA WASSERMAN

DEUSA MARIA DE SOUSA

DIORGE KONRAD

FÁBIO MARÇAL

HELDER GORDIM DA SILVEIRA

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

JORGE CHRISTIAN FERNÁNDEZ

LAURA BÁLSAMO

MARCO ANTÔNIO VARGAS VILLALOBOS

NILSON MARIANO

OSVALDO BIZ

SEQUELAS DE SANTA MARIA: MEMÓRIAS DO APOIO E DA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 1964*

Diorge Alceno Konrad**

Em 1964, entre março e abril, eu me lembro bem, em Cruz Alta, ouvia meus pais falarem sobre uma “revolução” e o início de uma ditadura porque Jango não governava bem, pois trabalhava para a reforma agrária, coisa de comunistas;

No início dos anos 70, identificado nas séries iniciais como filho de arenistas, após uma vitória municipal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), alunos da minha escola caçoaram de mim e de colegas;

No início dos anos 1980, quando fui participar de um Congresso Estudantil Secundarista, em Carazinho, vaiamos intensamente um orador, atribuindo-lhe a conotação de “pelego”, sem eu entender o que aquilo significava;

Em 1985, após cumprir um ano de serviço militar, onde tive aulas que reafirmavam os governos daqueles últimos vinte anos, entrei no Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Finalmente, iniciei a contraditar parte da minha história de vida com muitas outras histórias sobre a Ditadura Civil-Militar.

Até então, “formado” por opiniões diversas e livros didáticos voltados mais para Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), comecei a ler historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas e outros que ampliavam meus conhecimentos sobre 1964.

Fiquei sabendo que não foram apenas os militares que deram o Golpe. Mas que houve a colaboração de uma ampla rede de civis que, desde a tentativa frustrada de impedir a posse de João Goulart, em 1961, organizaram-se no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Seu objetivo era convencer a população brasileira de que a “República Sindicalista” seria um passo para o comunismo. Assim, pelo discurso dominante, civis e militares haviam salvo a nação;

* Este artigo, aqui apenas revisado e com atualização ortográfica, foi publicado originalmente em: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura/CORAG, 2006, p. 100-108. Dedico-o, agora, ao já saudoso João Carlos Bona Garcia (presidente da Comissão que editou este livro), que nos deixou em 12 de março de 2021, mais uma vítima da COVID no Brasil.

** Professor Associado do Departamento de História da UFSM, Doutor em História Social do Trabalho pela UNICAMP.

Que a repressão e as mortes (inclusive pela tortura, quando muitos brasileiros foram “suicidados”), as prisões, a clandestinidade e o exílio procuraram calar a sociedade civil pelo medo. E eu era um produto dessa “síndrome”, pois fora ensinado mais para ouvir do que falar, que alguns faziam a história por mim, enquanto eu deveria ser passivo e subserviente diante dos fatos dados.

E, até então eu nem sabia que, em 1971, justamente no ano que entrei na primeira série, haviam feito uma reforma de ensino na qual o tecnicismo tomou o lugar do humanismo, enquanto que a filosofia, a história e a sociologia quase foram extintas das salas de aula;

Fiquei sabendo também que Santa Maria e outros municípios da Região se tornaram cidades partidas entre os que apoiaram o regime e aqueles que lutaram contra ele.

Cinco décadas e meia depois, ainda existem desaparecidos políticos nascidos ou que viveram na Região como Cilon da Cunha Brum, Luiz Renato Pires de Almeida, Joaquim Pires Cerveira, bem como Luiz Eurico Tejera Lisboa, desaparecido pela ditadura até 1979, quando seu corpo foi localizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Seus “crimes”: querer um Brasil mais justo e distante da ditadura então vigente.¹



¹ Cilon da Cunha Brum é de São Sepé, militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), desapareceu na Guerrilha do Araguaia, no Natal de 1973. Luiz Renato é de Formigueiro, quando o distrito pertencia a São Sepé. Cursou Agronomia na UFSM. Em outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 km de La Paz, Luis Renato e outros caíram mortos pelas tropas bolivianas, estando desaparecido até hoje. Era militante do Exército de Libertação Nacional (ELN). Outro militante importante na lista dos desaparecidos, desde setembro de 1972, em São Paulo, que residiu em Santa Maria, é Luiz Eurico Tejera Lisboa, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Joaquim Pires Cerveira, militar e militante da Militante da Frente de Libertação Nacional (FLN), nasceu na cidade e está desaparecido desde 1973.



Cilon da Cunha Brum, Luiz Eurico Tejera Lisboa, Joaquim Pires Cerveira e Luiz Renato Pires de Almeida

Assim, a memória daqueles tempos, não pode e não deve ser de saudade, pois os grandes problemas brasileiros dos últimos vinte e poucos anos também foram desdobramentos da Ditadura Civil-Militar. Aliás, os aniversários do Golpe de 1964 não são para comemorar, mas para rememorar para que nunca mais se repita.²

Em tempo: na verdade, em 31 de março de 1964, eu não havia nascido, fato acontecido apenas 144 dias depois. Portanto, não me lembro daqueles dias, pois parte da memória de lá é aquela construída pelos meus pais. E como toda memória, também histórica, nem sempre a aparência do que se vê e se ouve, é a essência do seu significado. Resgatar parte desta essência em torno de Santa Maria é o objetivo deste artigo.

O Golpe de 1964 em Santa Maria: Apoios e Resistências

A tradição do movimento operário de Santa Maria, em especial dos ferroviários que organizaram mobilizações e greves em busca de conquistas salariais, marcaram a conjuntura pré-1964. Na cidade, a luta operária, no principal entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul, marcava a ascensão desse movimento social.

Já as revoltas, greves e rebeliões dentro dos quartéis não atingiam a cidade como em outros locais. Mesmo assim, os quartéis movimentavam-se, principalmente na articulação conservadora para o Golpe de 1964.

Santa Maria estava dividida. Cidade rio-grandense, considerada como trincheira trabalhista, e ao mesmo tempo reduto conservador, reproduzia, através de suas lideranças o discurso trabalhista e o discurso conservador, tornando-se ponto estratégico

² Na máxima da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura: “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

para os golpistas (devido ao seu contingente militar) e também para a esquerda nacionalista, através dos ferroviários (RFFSA) e estudantes. No meio operário, estavam seguidores do nacionalismo getulista e do comunismo vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Entretanto, a atuação destas forças políticas e sociais não acontecia em conjunto: estudantes, trabalhadores e intelectuais agiram, muitas vezes, de forma isolada, prevalecendo o corporativismo entre as categorias. Em decorrência, tais formas de arregimentação popular não resultaram em organização e politização da população para uma resistência maior, o que terá desdobramentos diretos em 1964, com a fraca resistência ao Golpe.

Devido ao alto contingente militar, já no dia 1º de abril, acatando ordens do Comando da 3ª Divisão de Exército (DI) e do general Mário Poppe de Figueiredo, que se declarou contrário ao governo da República, as tropas militares passaram a guarnecer prédios públicos, rádios e principais ruas da cidade, além da União dos Ferroviários Sul-Riograndenses.

No dia seguinte, as notícias de *A Razão* ainda eram desconstruídas, apresentando a deposição de Jango, a partir de emissoras estrangeiras, enquanto uma nota de Darcy Ribeiro procurava desmentir a versão de que João Goulart teria sido deposto. Mas a Nota Oficial do Comando da 3ª DI, assinada por Poppe de Figueiredo em 1º de abril, já dava o clima da situação de vitória das forças golpistas:

Na qualidade de Comandante da Guarnição Militar Federal de Santa Maria, (...) e sintonizando com as naturais apreensões da população laboriosa desta cidade, face aos acontecimentos que se desenvolvem no país e a crescente onda de boatos visando perturbar a tranquilidade, declaro:

1 - A ordem pública e as liberdades individuais serão mantidas.

2 - Não serão permitidos atos que visem perturbar a vida normal da cidade, sendo reprimidos com energia quaisquer tentativas nesse sentido.

3 - Ficam proibidas irradiações alarmantes ou de incitamento, bem como reuniões em via pública de mais de cinco pessoas. (...)

Assim sendo, o Comandante da Guarnição Federal (...) tendo em vista a Lei de Segurança Nacional, não permitirá, sob hipótese alguma, a formação de milícias populares de qualquer natureza ou forma.

- *Esclareço ainda, que ficam proibidas todas as vendas de armas, munições e explosivos.*³

Fechava-se o cerco já no primeiro dia após o Golpe. Estavam proibidas diversas formas de resistência. No mesmo dia, a Câmara de Vereadores, pelo presidente Valdir Aita Mozzaquatro, suspendeu a ordem do dia e, por solicitação da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se colocou em “estado de alerta”. O Legislativo da cidade sentia também a opressão vindoura.

Algumas das emissoras de rádios locais passaram a transmitir, desde Porto Alegre, e em sintonia com a Rádio Nacional, instalada no Teatro de Brasília, a “Rede da Legalidade”, ainda no 1º de abril.⁴ Mas, à tarde, o Comando da 3ª DI fez essas emissoras silenciarem suas transmissões.

Em 2 de abril, o general Poppe de Figueiredo, de Santa Maria, anunciou que assumira o Comando do 3º Exército. Enquanto que, por algumas horas, se instalava, em Porto Alegre, nova cadeia da legalidade, o general convidou o governador Ildo Meneghetti a assumir o governo estadual, a partir do centro do estado.⁵

Naquele dia, Jango, que havia vindo de Brasília para Porto Alegre com Leonel Brizola, rumou para o exílio. O prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, anunciou pela rádio que todos deviam voltar ao trabalho, sendo que o presidente da República havia viajado ao exterior sem renunciar ao cargo. No mesmo dia, o prefeito em exercício de Santa Maria, Adelmo Genro, garantiu que estava tudo em ordem.⁶ No entanto, definhava a oposição trabalhista ao Golpe.

Em 3 de abril, *A Razão* noticiava “MAZZILI PRESIDENTE”; para a cidade se definia o Golpe Militar de 1964. Seis dias depois, entrou em vigor o AI-1, segundo o governo, para “consolidar a vitória da revolução democrática”, quando na verdade era fortalecido o Golpe civil-militar, em aliança com a CIA e os interesses dos grandes grupos multinacionais que atuavam no país.

No caso do jornal *A Razão*, cada edição abria espaço reservado a um colunista que escrevia sobre o rompimento dos supostos “avanço socialista” e “perigo soviético” dentro do País.

O artigo “Retorno ao bom senso”, de Pedro Francisco Machado, prenunciava os

³ *A Razão*, 2 abr. 1964, p. 2. O jornal *A Razão*, então propriedade dos Diários Associados, elaborava poucas informações. Sua editoria mais reproduzia as notícias enviadas pelas agências de notícias nacionais e internacionais.

⁴ Entre estas, a Rádio Guarathan.

⁵ Noticiava-se que o governador teria fugido para Passo Fundo.

⁶ Genro não esperava sua cassação, que viria mais tarde. Ver *A Razão*, 3 abr. 1964, p. 6.

dias vindouros, alertando que “somente num ambiente de ordem e paz” se poderia superar a crise, pois os brasileiros esperavam que a segurança fosse firmada, assim como o respeito hierárquico aos poderes constituídos. Para Machado, não havia nada o que fazer diante do governo militar, mas sim crer na sua orientação salvacionista. A conclusão do seu argumento é significativa:

*Uma grande lição tiramos destes acontecimentos: o povo brasileiro está cansado de perturbações da ordem e não é qualquer motivo político que o levará a lutas revolucionárias sangrentas. Retornemos aos nossos lares para engrandecimento da Pátria, num respeito mútuo, esquecendo ódios (...) Confiemos que os novos dirigentes do país atendam aos reclamos da Nação e não permitamos que novas agitações venham perturbar os que desejam trabalhar em paz.*⁷

Para estes setores, a ordem era o inverso da resistência, com plena obediência aos poderes “constituídos” e de “recomposição” do país.

A contestação foi produzida na primeira sessão da Câmara de Vereadores, no dia 6 de abril, quando os vereadores do PTB, Homero Behr Braga, Renan Kurtz e Eduardo Rolim, da bancada de situação no Município, criticavam o Golpe. Foram rebatidos pelo vereador Eroni Paniz, que defendeu o governo instalado:

Movimentam-se autoridades, entidades de classe, instituições, organizações do comércio, indústria e operários, homens e mulheres de todos os matizes políticos e credos religiosos, para uma manifestação em homenagem às Forças Armadas, representadas em Santa Maria pela 3ª DI, Brigada Militar e Destacamento da FAB.

*(...) querem os santa-marienses significar o agradecimento por haver tirado a cidade dos entrechoques e da luta fratricida, assegurando com prestígio da força, a paz e a tranquilidade no seio da família santa-mariense. (...).*⁸

Em nome de uma homenagem às Forças Armadas, organizava-se apoio àqueles que apareciam como os “legítimos defensores da ordem pública”.

A Comissão foi composta por José Mariano da Rocha Filho (Reitor da UFSM); Floriano Kruehl de Lemos (Juiz Municipal Vitalício); Monsenhor Floriano Cordenusi e Bispo Dom Luiz Sartori; Irmão Gelásio (Diretor da Faculdade de Direito); Carlos

⁷ Idem, p. 2.

⁸ Opinião publicada em *A Razão*, 8 abr., p. 6.

Ignácio Sant'Anna (Juiz de Direito da 2ª Vara e Diretor do Foro); Aquiles Segala (do Rotary Clube) e Udo Vath e Luiz Barcelos (do Lions Club). Uma comissão composta por boa parte das “forças vivas” de Santa Maria.

Ainda no dia 7 de abril, o Bispo Diocesano Dom Luiz Victor Sartori convocou uma marcha de agradecimento às Forças Armadas por terem feito a “revolução” e “salvado o Brasil do comunismo”. Dizia que aqueles que acompanhavam os últimos acontecimentos percebiam que o país estava na “iminência de um terrível golpe comunista” e da “supressão de todas as liberdades, inclusive, é claro, e em primeiro lugar, da sagrada liberdade de crença”. Esta manifestação, demonstrava, em nível local, o apoio da cúpula da Igreja ao Golpe de 1964.

Na convocação, o bispo convidou todas as classes sociais, as Faculdades Católicas, os colégios, entidades educacionais e assistenciais católicas, as paróquias, as organizações e associações religiosas, os setores de Ação Católica (Juventude Operária Católica - JOC, Juventude Universitária Católica - JUC, Juventude Estudantil Católica - JEC) e a Frente Agrária Gaúcha (FAG).⁹

Em 9 de abril, *A Razão* publicou um “Manifesto aos Universitários”, onde o Centro Acadêmico e os estudantes da Faculdade de Direito criticavam as declarações da nota oficial da Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM). A Federação, inicialmente, havia se contraposto ao movimento golpista. Os meios acadêmicos, decididamente, entravam no debate, em defesa e contra o governo pós-64. Os estudantes do Curso de Direito iam para a ofensiva, como se percebe, em parte do conteúdo do manifesto:

(...) Esperávamos que nossa entidade fizesse uma manifestação clara, precisa, livre e cristã, onde deixasse claro que somos partidários da DESCOMUNIZAÇÃO DA PÁTRIA e que repelimos todo e qualquer cidadão, tenha ou não imunidades que queira subverter a ordem e desrespeitar as instituições, negando os princípios da Fé Cristã e da Democracia, que são o baluarte do povo brasileiro.

Esperávamos que a FEUSM repudiasse a participação ativa da União Nacional dos Estudantes em atos de irreverência aos Poderes Constituídos e em manifestações abertamente subversivas. (...)

Necessitávamos de alguém que se propusesse a sanear a COMUNO-

⁹ *A Razão*, 8 abr. 1964, p. 5.

SINDICALIZAÇÃO (...).

Agora cabe o apoio e o reconhecimento dos estudantes às gloriosas FORÇAS ARMADAS e ao POVO BRASILEIRO que, como de outras vezes, souberam varrer os vendilhões da Pátria que desejavam torná-la mais um dos tantos e infelizes satélites do totalitarismo soviético.

Considerando, pois, toda a identificação de pensamento e linha de ação, entre as atuais direções da FEUSM, UEE e UNE, aliadas no sentido de desvirtuar radicalmente as posições e condutas dos universitários brasileiros, DECIDIMOS NÃO MAIS ACATAR AS DECISÕES EMANADAS DESSAS ENTIDADES, enquanto ditadas pelo espírito que orienta suas atuais direções (...).¹⁰

Tais declarações acirravam os ânimos no meio universitário. Por outro lado, era uma forma aberta de pressão aos estudantes reticentes em relação ao apoio diante do novo governo. A nota “Desfazendo equívocos”, assinada por Jaime Goar Pasa, Presidente da FEUSM, no dia 11 de abril, colocava parcela importante dos estudantes ao lado dos golpistas:

(...) declaro que também por dever de justiça, estou integrado na manifestação que será prestada às Forças Armadas, que com lealdade, asseguraram as nossas tradições cristãs e democráticas, livrando-as do iminente perigo comunista.

(...) Como Presidente da FEUSM, conclamo aos colegas para que se mantenham numa atitude de ordem a fim de possibilitar a superação da crise brasileira, não dando ouvidos a tendenciosos boatos.¹¹

Esse Manifesto reforçava a reunião acontecida em 8 de abril, quando diversas pessoas participaram de ato em defesa das Forças Armadas e do Golpe Militar. Tanto que, no dia 23 de abril, a direção da FEUSM colocou a entidade sob a responsabilidade do Comando da 3ª D.I.

A reunião de 8 de abril foi presidida pelo juiz Carlos Ignácio Sant’Anna, de onde se tirou uma comissão, presidida por Vitalício Floriano Krueel de Lemos, a fim de organizar mais manifestações em solidariedade às Forças Armadas. No mesmo dia, a Comissão visitou o Quartel-General de Santa Maria, quando prestou homenagem ao coronel Romão Menna Barreto, que exercia o Comando da 3ª DI, comunicando a

¹⁰ Destaques, em caixa alta no original. Ver *A Razão*, 9 abr. 1964, p. 6.

¹¹ *A Razão*, 14 abr. 1964, p. 6.

organização dos atos pró-golpistas.

Outras reuniões seriam realizadas na sala de José Mariano da Rocha Filho, na Faculdade de Economia, preparando uma grande manifestação de apoio ao Golpe, a acontecer na Praça Saldanha Marinho, no centro da cidade, em 17 de abril. Nessa reunião foram escolhidos para ser oradores Floriano Krueel de Lemos, José Mariano da Rocha Filho, a professora Nelly Correia de Mello e o acadêmico do direito José Murilo.

No ato programado, participaram centenas de pessoas, apoiando publicamente o Golpe. A professora Nelly de Mello foi uma das mais entusiasmadas no discurso anticomunista:

(...) Caíram as farsas e os embustes, desmascararam-se os falsos líderes nacionalistas e respira, hoje, a Nação toda, pronta para um renascimento da consciência nacional que garanta no Brasil uma recuperação total.

*Renasce fortalecida, pois conta com a união perfeita de todos os que acreditam na família, na supremacia dos valores morais e espirituais, e indiferentes à prédica comunista, curvam-se frente ao seu Deus (...).*¹²

Não foi de conteúdo diferente o discurso do coronel Walter Almeida, em lugar de Floriano Krueel de Lemos, e em sua homenagem:

(...) Esta é pois SANTA MARIA - a hora da ORAÇÃO.

(...) Oração a DEUS por haver inspirado os Chefes Militares guardiões permanentes de nossas instituições. (...)

*Oração por nos haver livrado do cataclismo vermelho que ameaçava subverter os fundamentos da nacionalidade, destruindo as conquistas da civilização cristã.*¹³

O mesmo teor é dado pelo coronel Menna Barreto, aludindo ao nacionalismo contra os “vendilhões da Pátria”, representados, na sua ótica, pelos comunistas.

(...) 31 de março desponta como um novo dia - uma nova época.

(...) Que 31 de março de 1964 represente para o Brasil sua segunda data de independência. Ao sairmos hoje desta magnífica e patriótica concentração, vamos tomar o firme propósito de sermos melhores em nosso trabalho seja ele qual for. E assim, estarmos trabalhando para o

¹² A Razão, 19 abr. 1964, p. 2.

¹³ Idem, p. 2. Caixa alta no original.

*Brasil.*¹⁴

Não deixou de ser diferente o conteúdo do discurso de José Mariano da Rocha Filho, o qual procurou resgatar nos militares de 1964, o simbolismo de Caxias, Osório, Niederauer, Mallet e outros, aliando ao contexto da chamada “Guerra Fria” de então:

Povo altivo e livre de Santa Maria.

(...) Como eu me sinto feliz em ter sido escolhido como um de teus intérpretes neste dia memorável em que, na amplidão desta praça, tornada pequena para abraçar a multidão que aqui hoje se congrega, se reúne para festejar as Forças Armadas da Pátria pelo seu mais extraordinário feito na defesa de nossa soberania: a derrocada do comunismo no Brasil!

(...) A revolução democrática do Brasil, iniciada e executada com o brilho de uma parada militar, pelas gloriosas forças do Exército Brasileiro, deve continuar até que os culpados paguem seus hediondos crimes aqueles que nos queriam entregar com mãos amarradas aos pelotões de fuzilamento, aqueles que desejavam substituir por imagem humana a imagem de Deus nos corações de nossos jovens, aqueles que visavam substituir o nosso Cruzeiro do Sul pela Ursa Polar, aqueles que pensavam macular o nosso pavilhão verde com a foice e o martelo, aqueles que desejavam acorrentar o Brasil ao mundo comunista, aqueles que um dia pensaram que seria possível amordaçar para sempre o nosso povo e dispor livremente das riquezas de nosso subsolo e do amado solo Brasileiro ao serviço do comunismo ateu!

(...) Agora podemos festejar a vitória da democracia no mundo com a derrota do comunismo no Brasil!

(...) Coube às Forças Armadas Brasileiras, a honra insigne de ganhar para o Mundo Ocidental a mais notável batalha contra o Marxismo.

(...) Vimos aqui em praça pública dizer a nossos irmãos de farda que estamos dispostos como eles, a sacrificar até nossas vidas se preciso for, para a vitória dos postulados desta Revolução, cristã e democrática.

(...) Que nenhum traidor possa jamais voltar a perturbar a paz social de que tanto necessita o Brasil para seu desenvolvimento, que a UNE, a

¹⁴ Idem, p. 5.

UEE, a UGES e os nossos grêmios acadêmicos e estudantis sejam expurgados dos maus elementos que deles se apoderaram ou neles se infiltraram sob o bafejo e com a orientação dos traidores da Pátria.

(...) Operários de Santa Maria - como eu estou orgulhoso de contarmos com vossa presença no dia de hoje, vós todos que tendes as mãos calejadas e que sois também artífices da grandeza da Pátria.

Basta a mazorca que sob o pretexto de apoio a um falso sindicalismo, desmagrou a economia do Brasil em greves impatrióticas ordenadas por organismos espúrios como o CGT, a PUA e o ignomioso Comando Geral das Greves!

(...) À Virgem Medianeira de Todas as Graças, agradecendo os benefícios recebidos, nós pedimos que acumule de seus dons as Forças Armadas do Brasil que em ato único e decisivo da história da Pátria e quicá do mundo, afastaram para sempre de nosso país e do Ocidente o perigo comunista!.¹⁵

No ensino secundário, o teor do “perigo vermelho” não destoava dos meios acadêmicos. O Manifesto do Instituto de Educação Olavo Bilac, decidido em Assembleia Geral de 11 de abril, marcou aquela conjuntura:

(...) II - É de nosso dever ainda no momento presente, hipotecar nossa irrestrita solidariedade às autoridades estaduais e militares nomeadas ao Comando da 3ª DI com sede nesta cidade que mais uma vez deram prova irretorquível de que as Gloriosas Forças Armadas representam o sustentáculo de nossas instituições democráticas ...

III- renovamos, nesta hora, nosso voto de fé democrática e propomo-nos todos, sem dissonância, a perseverar na orientação educacional dentro do espírito livre, cristão e democrático que tem se tornado a viga mestra da educação ministrada à juventude bilaquiana, - como ainda, o extermínio completo do comunismo ateu e materialista.¹⁶

No meio acadêmico, o acirramento se deu com as eleições no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSM, quando disputaram as chapas Paulo Sarkis/Claudio Emanuelli contra Claudio Flamarion/Byron Costa, em outubro de 1965. A primeira ganhou por diferença de mais de 700 votos, consolidando as forças mais integradas com

¹⁵ Idem, p. 2 e 6.

¹⁶ *A Razão*, 29 abr. 1964, p. 6.

a Ditadura Civil-Militar nas Faculdades de Belas Artes, Economia, Direito, Filosofia da Federal, Filosofia da Imaculada Conceição (FIC), Odontologia, Farmácia, Medicina, Politécnica, Escola de Enfermagem e na Veterinária.¹⁷

As lideranças nacionalistas, tanto militares, como ferroviárias, políticas e intelectuais não estavam organizadas e unidas suficientemente para enfrentar a ofensiva conservadora. O pós-64 demonstrou os erros táticos e estratégicos das forças populares que achavam possível avançar para mudanças estruturais dentro do limite das Reformas de Base.

Dentro das instituições militares, por mais que houvesse militantes nacionalistas e comunistas, mais aqueles que estes, na hora decisiva não apresentaram força suficiente para se contrapor ao conservadorismo e à hierarquia. Assim, cada vez mais se fechou o cerco nos quartéis da cidade. Exemplo disso será a ordem do dia do coronel Edson de Figueiredo, no dia 3 de abril de 1968, quando se exaltou o quarto aniversário do Golpe de 1964:

31 de março de 1964, dia da redenção que marca para nós e exemplifica para o mundo a reação de um povo paciente e bem nobre e trabalhador, cristão e democrata (...)

Provamos naquele momento que o comunismo pode ser detido e dominado mesmo quando há conivência e manipulação dos governos. Demos um exemplo ao mundo e infligimos aos comunistas sua primeira grande derrota ainda por ser imitada. Fizemos parar a ameaça de desagregação do continente e oferecemos confiança aos nossos aliados ocidentais. (...)

Quatro anos de absoluta tranquilidade que vem permitindo o trabalho honesto e rendoso, enquanto antes nos ofereciam greves provocadas e as incertezas das agitações. (...)

Afastados de uma forma ou de outra de nossa vida política, não desistem porém: insistem em querer medrar como erva daninha, aqui e ali, e para tanto consideram válidos todos os recursos, desde os menos dignos - alianças espúrias e confabulações traiçoeiras aos aparentemente insuspeitos, quando maculam a dignidade do púlpito, a majestade da cátedra e a austeridade da imprensa.

¹⁷ Na Faculdade de Filosofia da UFSM, foi obtida a única vitória sobre Sarkis. Ver *A Razão*, 31 out. 1965, p. 2.

*Os dias e as condições são outras. (...) Pela democracia por sempre lutou e pelo progresso que sempre aspirou, continua coeso em torno dos ideais da revolução redentora.*¹⁸

Percebe-se que, quatro anos depois, o clima anticomunista permanecia muito forte no interior dos quartéis. Os movimentos sociais e políticos que aconteciam no ano de 1968, fizeram com que a classe dominante passasse a defender um endurecimento ainda maior do regime. Isso não tardará a acontecer com a decretação do AI-5.

Em Santa Maria, os ferroviários preocupavam-se mais com a questão da paridade salarial. Mesmo assim, sabia-se que o centro da oposição ao Golpe Militar estava na categoria, em função dos anos de lutas e greves dos ferroviários, não tirando do governo a ideia de intervenção na Rede Ferroviária, logo decretada. Também a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea de Santa Maria logo sofreu intervenção, servindo para dobrar a medula do possível e principal foco de resistência do trabalhismo e da esquerda.¹⁹

Não foi só a intervenção no Sindicato da Viação Férrea que reprimiu o movimento sindical em Santa Maria. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário também sofreria a sua intervenção, em outubro de 1965, para retirar da direção as lideranças não comprometidas com os golpistas, visando, segundo o argumento dos interventores, “acima de tudo os interesses do setor sindical” e a “concretização dos propósitos da Revolução”.²⁰

Os intelectuais de Santa Maria pronunciavam seus ideais através de manifestos editados no periódico da cidade. Mas o centro da discussão política e teórica foi mesmo a UFSM, primeira Universidade do Brasil situada em uma cidade do interior. No pós-1964, o apoio da administração da Instituição ao governo militar será público. Exemplo foi a visita do general Costa e Silva a Santa Maria, em 3 de abril de 1968, quando, em discurso na UFSM, proferiu a aula inaugural e reconheceu a importância da Instituição, ao mesmo tempo em que defendeu sua perspectiva sobre desenvolvimento para aquela conjuntura:

(...) esta Universidade é justamente o espelho do Brasil. É a tradução

¹⁸ *A Razão*, 3 abr. 1968, p. 5.

¹⁹ Informações obtidas em entrevista realizada com Jorge Mottecy, em 1997. Mottecy era advogado da Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea em 1964 e ex-vereador do PCB. Foi o santa-mariense que ficou mais tempo preso após o Golpe de 1964, somando 17 detido entre Santa Maria e Bagé. Morreu em 15 dez. 2004.

²⁰ *A Razão*, 31 out. 1965, p. 6. Este sindicato só terá suspensa a intervenção executada pela 3ª DI em out. de 1965. Seus interventores foram os capitães da reserva René Hoffmeister e Torquato Madruga Nunes.

*clara e insofismável da grandeza e aspiração deste povo. (...) Tudo deve ser grande, magnífico, para que atenda ao desenvolvimento, que é uma fatalidade. Haverá desenvolvimento, queiram ou não aqueles que procuram interromper a marcha do progresso brasileiro. (...).*²¹

Não foi diferente o discurso do reitor da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, quando leu a outorga do título de “Professor Honoris Causa” a Costa e Silva: “nossos alunos e nossos professores dão um exemplo de ordem dedicados inteiramente ao serviço da Pátria, aprendendo, lecionando, pesquisando e prestando serviços de extensão, certos de que seu esforço resultará o progresso de nossa área geocultural e geoeconômica”.²²

O jornal *A Razão*, como fonte importante, ainda é insuficiente para se ter uma visão mais global da cidade, no período que este artigo engloba. Somente novas pesquisas poderão obter mais respostas sobre a participação das personagens principais e secundárias desta fase fundamental dos movimentos políticos e sociais da cidade.

Entretanto, não se pode deixar de concluir que Santa Maria, pela inserção do movimento estudantil e ferroviário e pela ampla base de militares que a constituía, em 1964, era estratégica para a consolidação ou resistência ao Golpe de 1964. Como sabemos, os golpistas de 1964 foram os vitoriosos. E as sequelas deste processo estão sendo contadas há pouco tempo.

²¹ *A Razão*, 4 abr. 1968, p. 1.

²² Idem, p. 2. Na UFSM, as informações foram centralizadas na Assessoria Especial do Serviço de Informações (AESI), a qual funcionou em sala anexa ao prédio da reitoria até o final da Ditadura. Até hoje, seus arquivos são inéditos para a pesquisa.